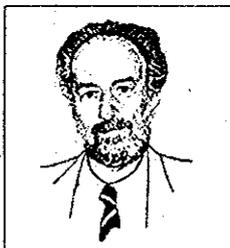




WASHINGTON NOVAES

Para não haver crise



Tende-se a considerar a "crise" um episódio esporádico e seguir no mesmo rumo

Com a aproximação das festas de fim de ano, abrandam-se as regras para iluminação pública e se anuncia que o racionamento de energia poderá logo ser reduzido para uns 5%. Antes que a "crise" caia no esquecimento, com prováveis altos custos presentes e futuros

– nas tarifas, no meio ambiente e talvez até no suprimento de energia mais à frente –, vale a pena considerar o que parecem ser as principais lições do sofrimento vivido.

A primeira constatação, já comentada neste espaço, é do altíssimo nível de desperdício em que vivemos. Quase sem sacrifício, foi possível poupar 20% no consumo geral e 35% no consumo do setor público. Ou seja, em tempos de aperto, aplica-se parte importante dos orçamentos domésticos em despesas supérfluas. E em tempos de crise orçamentária o setor público se dá ao luxo de desperdiçar 35% da conta de energia (paga pelos contribuintes).

A constatação do desperdício corrobora uma verdade que vai sendo esquecida, no afã de encontrar soluções imediatas para a "crise" – a de que nossa prioridade deveria ser a conservação de energia, e não a expansão pura e simples de investimentos na geração. Apontada desde o relatório do consultor da Eletrobrás Howard Geller, em 1990, e reforçada pelas discussões no âmbito da Agenda 21, essa prioridade continua a ser

desprezada (em boa parte por causa do imbróglio no setor de tarifas gerado pelas privatizações – consumir menos significa reduzir a receita das distribuidoras, que dizem ter direito contratual à receita da venda nos níveis anteriores à "crise"; belos contratos).

A expansão de investimentos está sendo programada e executada antes mesmo de providências elementares, como ampliar a eficiência em equipamentos industriais e seu uso, regras severas para eficiência mínima em equipamentos domésticos. E uma revisão profunda da matriz energética brasileira.

Diz o último relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas que as chamadas energias alternativas – eólica, solar, geotérmica, da biomassa, da cogeração – poderão suprir até 24% da demanda mundial de energia. No Brasil, provavelmente esse número será maior, dada a abundância da maioria dos fatores aqui. Mas nossos investimentos e nosso planejamento na área são tímidos.

Enquanto isso, no mundo a energia eólica, por exemplo, aumentou sua capacidade instalada em 25% ao ano na última década (o petróleo cresceu 2%). É um mercado de US\$ 4 bilhões ao ano. Só a Alemanha pretende instalar 4 mil turbinas no Mar do Norte e suprir, com energia eólica, 60% da energia produzida pelas usinas nucleares que fechará, e chegar a 2050 com 50% de seu consumo suprido por ener-

gia alternativas. Nos Estados Unidos, os agricultores começam a descobrir o valor do "direito ao vento" em suas terras, que está sendo calculado em US\$ 2 mil por hectare/ano.

Por aqui, nem sequer se está discutindo com a sociedade a questão tarifária, que lhe poderá custar muito – só o pagamento da energia não consumida no racionamento e reivindicado pelas distribuidoras em quanto ficará? R\$ 6 bilhões, como ora se diz? Ou R\$ 20 bilhões, como se chega a dizer?

Muito menos se discute a questão das tarifas do setor eletrointensivo, em grande parte subsidiadas (com o subsídio bancado pela sociedade). O subsídio vai continuar (alguns contratos da energia de Tucuruí estão chegando ao fim)? E as tarifas industriais, comparadas com as domiciliares?

Ao que parece, entretanto, tende-se a considerar a "crise" um episódio esporádico e seguir no mesmo rumo. Não se planeja a hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, tão polêmica, já embargada na Justiça, e ao custo de alguns bilhões de dólares? Não se planeja a hidrelétrica de Santa Isabel, no Araguaia, que pode ter repercussões igualmente indesejáveis? Afrouxam-se as regras para licenciamento ambiental de usinas, gerando conflitos em toda parte. Projetam-se termoelétricas sem considerar devidamente o aumento das emissões de gases poluentes, o sobreuso de água escassa (como as discussões públicas sobre a usina Carioaba II têm demonstrado – o uso poderia cair 90%, embora aumentando custos).

Nem sequer se discute amplamente, como o País precisaria, o que deveria ser a terceira grande lição: faltam-nos informações essenciais

sobre recursos hídricos e sua influência na redução observada nos reservatórios. O próprio ministro do Meio Ambiente admitiu que a "crise" é ambiental, motivada em boa parte pelo desmatamento, pelas mudanças no uso da terra, pela reposição insuficiente dos aquíferos que determinam o fluxo nos rios. Talvez se possa acrescentar que também pelo aumento da evaporação e mudança na dispersão da água, por causa da substituição da vegetação originária por plantas de ciclo curto (soja, principalmente), irrigadas em grande parte por pivôs centrais (desperdício de até 50% da água). Só há poucas semanas se anunciou que a Agência Nacional de Águas começará a sistematizar esse tipo de informação.

Talvez não seja exagero concluir que a quarta grande lição é a de que vivemos uma crise de informação no setor energético. Crise de governo e crise da própria comunicação. O primeiro, em todos os níveis, desprezando informações que deveria ter considerado (as recomendações de Geller, as advertências sobre a proximidade da "crise") e não discutindo com a sociedade como deveria discutir; não reavaliando com esta a matriz energética; tomando decisões precipitadas e inconvenientes. A segunda, só acordando – com honrosas exceções – para o problema depois de instalada a "crise". Faltou informação, faltou discussão. Praveleceu o vezo de só dar atenção a crises.

Se essas e outras lições forem consideradas, a "crise" poderá até haver sido útil, oportuna. Providencial, mesmo. Mas os indícios, até aqui, são em outras direções.